

BANDEIRAS DE LUTA APROVADAS

no III Congresso Extraordinário

realizado de 1 a 4 de agosto, na cidade de Guaratuba, Paraná



Serviço Público e Direitos dos Servidores

1. Lutar para melhorar para os estados a redução das dívidas previstas no PLP 121/2024¹, a fim de que não prejudique os servidores públicos, notadamente em relação à reposição inflacionária, vantagens e reajuste para os servidores e servidoras.
2. Estruturar as Administrações Tributárias da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios com autonomia administrativa, orçamentária e funcional, para atuarem de forma eficiente e eficaz e sem interferências externas ou políticas.
3. Acompanhar a política de implementação da inteligência artificial no serviço público com limites técnicos e éticos, de forma a não precarizar o serviço público com o avanço de seu uso, promovendo a respectiva defesa e capacitação dos servidores.
4. Acompanhar a implantação do trabalho remoto, implantado sempre que possível tecnicamente, e sem obrigatoriedade de aceite por parte do servidor, definindo regras para ressarcimento de valores gastos com equipamentos adquiridos pelo servidor para o teletrabalho.
5. Fortalecer dando efetividade às políticas de prevenção, criminalização e combate aos assédios moral e sexual e promoção da saúde no ambiente do trabalho, assim como, fortalecer as políticas que preservem a saúde funcional, inclusive com destaque a saúde mental dos servidores, principalmente com relação a pensão e aposentadoria por moléstia, decorrente de anos de desgaste físico e mental.
6. Trabalhar projeto de lei que criminalize o assédio moral.

1 Institui o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados.

7. Articular junto ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos a participação da Pública na construção da reforma administrativa, com as representações de servidores públicos, com foco na melhora e otimização a execução dos serviços públicos ofertados à população e nos processos de gestão desta prestação de serviços. Priorizando a realização de concursos públicos para recrutamento de servidores e a estabilidade do servidor como premissa básica para entrega do serviço público à população de forma republicana e sem interferências políticas em processos de nomeações ou de escolha e indicação de trabalhadores terceirizados através de empresas contratadas.
8. Valorizar as carreiras que compõe o SISNAMA, sistemas federais, estaduais e municipais do Meio Ambiente, consideradas como serviços essenciais.
9. Mobilizar pela aprovação dos projetos de descongelamento das vantagens temporais² (Covid-19 – Lei Complementar 173/2020).
10. Ampliar os direitos e garantias do sistema de proteção social dos militares às forças de segurança.
11. Defender os planos de carreiras, específicos, data base e mesa permanente de negociação.
12. Fortalecer o poder do Estado como propulsor da economia, contrapondo a política do estado mínimo, resgatando a sua função de promover o bem-estar social por meio de serviços públicos de qualidade, com valorização do servidor público.
13. Retomar a ocupação de cargos na burocracia estatal por servidores civis, com a desmilitarização das forças de segurança pública.

2 PLP 21/23, que prevê a concessão retroativa da contagem do tempo entre 27 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021 para fins de gratificação por tempo de serviço.

14. Fortalecer o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), em especial do Ministério do Meio Ambiente, IBAMA³ e ICMBio⁴, assim como as demais entidades de Estado de Meio Ambiente, restabelecendo suas atribuições e capacidade de atuação em defesa do meio ambiente e da sustentabilidade, inclusive com recomposição/ alteração do quadro de servidores.
15. Lutar pela vinculação das receitas arrecadadas pelos órgãos ambientais e inclusão do serviço público em meio ambiente no rol de atividades essenciais à saúde pública.
16. Revogar as privatizações e concessões no serviço público, aperfeiçoando e instrumentalizando o Estado para prestação do serviço público ao cidadão.
17. Defender o concurso público para investidura no serviço público democratizando o direito do cidadão ao concurso e efetivação, com garantia da estabilidade constitucional.
18. Reavaliar a reforma previdenciária com eliminação dos prejuízos impostos aos servidores aposentados e pensionistas.
19. Mobilizar pela aprovação da PEC 6/2024⁵ desonerando gradualmente a contribuição previdenciária após aposentadoria.
20. Acabar com a terceirização e combater a todas as formas de ingresso no serviço público sem concurso público.
21. Garantir ensino público de qualidade, valorizando e respeitando nacionalmente as carreiras docentes com liberdade de cátedra, nos termos da constituição, promovendo a popularização e valorização independência, laicidade, e sem militarização do ambiente escolar, com o desenvolvimento do espírito científico e crítico.

3 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

4 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

5 Defende a revogação da contribuição previdenciária de aposentados.

- 22. Resgatar o papel estratégico do SUS como política de Estado permanente, com fortalecimento e valorização do servidor da área da saúde.
- 23. Realizar campanha permanente de valorização do serviço público.

Social, Tributário e Cidadania

- 24. Reajustar imediatamente o salário-mínimo para R\$ 2.500,00.
- 25. Manter como meta os estudos do DIEESE para atingir o salário-mínimo ideal.
- 26. Revogar integralmente o ARCABOUÇO FISCAL com a ampliação dos investimentos em políticas sociais.
- 27. Implantar renda básica mínima de 50% do salário-mínimo para todas as famílias que constam no CAD ÚNICO e se enquadram em suas regras de inclusão.
- 28. Revitalizar a estrutura e infraestrutura de pesquisa básica (Universidades) e tecnológica (Institutos) e de empresas como a EMBRAER, AVIBRAS e outras indústrias de defesa.
- 29. Ampliar de forma ampla os programas de financiamento ao pequeno produtor rural e agricultura familiar, com a devida inocuidade dos alimentos e segurança alimentar com o fortalecimento dos respectivos órgãos de defesa agropecuária estaduais, incentivando e premiando a sustentabilidade.
- 30. Intensificar o trabalho junto aos órgãos de controle competentes para que seja feita a auditoria da dívida pública criando comissão de estudos e acompanhamento.

31. Acompanhar a regulamentação da reforma tributária objetivando a regulamentação definitiva do IGF – Imposto Sobre Grandes Fortunas, taxaço dos lucros e dividendos.
32. Modular de forma mais adequada a tabela do Imposto de Renda, limites de isenço para pelo menos cinco (05) salários-mínimos, aumentando a amplitude das faixas, criando faixas com maiores percentuais para ganhos acima de setenta (70) salários-mínimos, buscando efetivar o princípio constitucional da Progressividade dos tributos promovendo a justiça tributária.
33. Estabelecer melhor controle sobre a remessa de lucros para o exterior.
34. Aperfeiçoar da lei de limitação de juros para pessoas e famílias, punindo severamente o descumprimento pelas instituições financeiras, bancos públicos e privados.
35. Revisar a autonomia do Banco Central e restaurar o papel do Estado na formulação e implementação da política monetária.
36. Recuperar e potencializar a função dos conselhos de controle social das mais diversas temáticas com caráter consultivo e deliberativo, sobre as políticas de governo e de Estado, garantindo ampla participação da sociedade.
37. Fortalecer e revitalizar os órgãos e carreiras públicas responsáveis pela democratização do acesso à terra e à moradia urbana bem como a garantia dos direitos territoriais dos povos originários e tradicionais.
38. Reorganizar as Forças Armadas e as Forças de Segurança, colocando-as em sintonia com o desenvolvimento e a defesa do Brasil.

39. Atuar na constante defesa dos direitos humanos, prevenindo e combatendo todas as formas de opressão, discriminação, tortura, violência, assédio moral e sexual contra os negros, a mulher, os indígenas, os quilombolas, a pessoa idosa, a população LGBTQIA+, a população em situação de rua, as pessoas privadas de liberdade, as pessoas com deficiência, as/os trabalhadoras/es em situação análoga à escravidão, os imigrantes, as/os desabrigadas/os, as/os refugiadas/os, entre outros.
40. Apoiar a política antimanicomial e lutar contra a exploração sexual de crianças e adolescentes.
41. Cobrar imediatamente os grandes devedores do Estado em especial da Dívida Ativa Tributária.
42. Privilegiar pessoas com deficiência de acordo com as normas legais.

Sindical

43. Solicitar do Governo urgência na assinatura do PL construído pelos seus representantes e os das Centrais sobre a Convenção 151 da OIT com garantia de mesas de negociação, greve no serviço público e afastamentos de lideranças.
44. Fomentar a participação das mulheres nos espaços e debates da Pública e de outras entidades representativas dos servidores públicos.
45. Realizar convênios e intercâmbios cultural/sindicalismo a entidades internacionais que compartilhem as diretrizes da pública na defesa do serviço público.

46. Promover campanha nacional permanente e acompanhamento de estudos de fomento à ampliação e manutenção das filiações nos sindicatos, inclusive das novas gerações de servidores e filiação das entidades à Pública, divulgando sobre a importância da união em torno das entidades classistas como instrumento de fortalecimento da categoria.
47. Revogar a Reforma Trabalhista e recuperar os direitos perdidos dos trabalhadores.
48. Financiar os Sindicatos através da convenção coletiva de trabalho.
49. Redução da jornada de trabalho.

